

## **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PÓS-EMERGENCIAIS E SEU MACROCONTEXTO ATUAL**

Andreia Machado Castiglioni de Araújo  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
andreaaraujo@ufba.br

As políticas públicas educacionais em contexto pós-emergencial estão imersas em um cenário geopolítico que traz na bagagem disputas em um espaço-tempo multifacetado, complexo e multirreferencial. Ao observar o macrocontexto que se desenha, com suas questões históricas, geopolíticas, econômicas, sociais e culturais, fica evidente o avanço da perspectiva capitalista e suas práticas neoliberais, em intensa pressão por um Estado cada vez mais limitado, fragilizado e alheio à coletividade social (Dardot e Laval, 2023; Moraes, 2021). Como nos sinaliza Moraes (2021, p. 34), “Vivemos assim, no cotidiano, uma relação de mercado generalizada com educação, saúde, transporte, água, vida.”, sob o avanço do capitalismo na era digital.

O presente texto tem como objetivo analisar preliminarmente o macrocontexto atual das políticas educacionais pós-emergenciais. Trata-se de um recorte do estudo doutoral em desenvolvimento, o qual busca a compreensão dos processos de formulação, desenvolvimento e implementação das políticas educacionais brasileiras voltadas para a recomposição das aprendizagens, após o retorno ao ensino presencial. Aqui, trata-se de uma escrita exploratória de cunho qualitativo que traz como aporte ontoepistemológico as teorias da complexidade e da multirreferencialidade, e os pressupostos teóricometodológicos no campo de gestão e políticas educacionais, segundo a abordagem do ciclo de políticas e seus debates contemporâneos.

Entende-se que “não existe uma verdade a ser descoberta, mas, sim, significados e interpretações a serem analisados dentro dos inevitáveis limites e distorções de acesso aos dados” (Avelar, Ball, 2024, p. 33). A compreensão desse macrocontexto e respectivas políticas educacionais pós-emergenciais baseiam-se no delineamento do contexto de influência nas arenas de ação, as quais emergem das disputas por poder e atravessamentos conjunturais (Avelar, Ball, 2024; Saura, Adrião, Arguelho, 2024).

Despontam, portanto, no interior da reflexão sobre esse macrocontexto, as suas variadas nuances sócio/político/econômico/cultural/educacionais e predominância das questões da educação básica pública brasileira sob uma doutrina neoliberal. Essa situação

está envolta em um espaço de luta e poder, desde instâncias internacionais até forças locais, especialmente no campo político-educacional. Os organismos internacionais têm atuado de forma verticalizada na orientação e configuração das políticas educacionais, principalmente nos países com grande índice de vulnerabilidade social. O enfoque na garantia das aprendizagens e no acesso às tecnologias digitais tem demarcado a atenção do mercado às necessidades nesse momento pós-emergencial.

No aspecto pedagógico, a ideia de “recomposição” direciona as ações para o alcance das aprendizagens não alcançadas durante a pandemia, visto que em muitas realidades escolares tiveram ou a nulidade de acesso com o fechamento de escolas, ou o desenvolvimento precário de atividades pedagógicas, reverberando na ampliação das desigualdades socioeducacionais já existentes. Ainda, na busca pela garantia da progressão das aprendizagens, retoma-se o discurso de “qualidade da educação”, com base nos aspectos quantificáveis e ranqueamento de escolas/professores/estudantes, o qual vem sendo impulsionado pelo mercado e seus ideais neoliberais.

Quanto ao aspecto tecnológico, evidencia-se a potencialização do meio virtual e da difusão da informação, sob um discurso de inovação e de inclusão digital. Assim, destaca-se “a proliferação de novas agendas tecnoeducativas, novas redes políticas de governança digital e novos mercados tecnoeducativos” (Saura; Adrião; Arguelho, 2024, p. 17), com seus pacotes educacionais, para alcance de uma “transformação” digital a ser consolidada nas políticas educacionais nacionais/locais.

A perspectiva adotada pelo mercado exprime uma ideia de “salvação” para a exclusão social por meio da educação, agora também no ambiente digital. Além disso, apresenta um caráter tecnicista, voltado para um conhecimento meramente instrumental, desconsiderando a criticidade e autoria no processo (Bonilla, 2019). Percebe-se uma proliferação do mercado nesse campo de atividade, o que foi ampliado pela pandemia da Covid-19, e mais ainda com a crescente financeirização da educação, através da plataformação e consultorias que estão buscando controlar os fundos públicos.

Uma outra questão macrocontextual tem sido a ampliação da participação de fundações filantrópicas na dinâmica política atual, ao defender seus próprios interesses, segundo seus valores hegemônicos capitalistas e neoliberais. A participação ativa desses conglomerados também tem se intensificado de forma infiltrada nos espaços de decisão da política brasileira. Eles utilizam como justificativa o aumento da sua capilaridade no

mercado e se camuflam com sua opacidade nas disputas pelo poder na área educacional, sob um contexto de financeirização em que a educação tem se tornado mercadoria.

Nessa conjuntura, a reforma educacional e a privatização são potencializadas como meios estratégicos para “resolução” das dificuldades na educação. Apoiase na compreensão de que o mercado é mais eficiente nos processos gerenciais, mas “Com a participação de grupos privados, a própria política tornou-se sujeita à privatização e ao lucro” (Avelar, Ball, 2024, p. 21), de modo que estamos diante de diversas maneiras veladas de transferência dos fundos públicos para a esfera privada. Isso expressa-se não apenas na distribuição de recursos para interesses privados, mas igualmente ao assumir posicionamento gerencialista, delegar a gestão educacional, tornar obrigatória a avaliação por desempenho, entre outros.

Diante deste cenário emblemático, as ações pós-emergenciais voltadas para “recompor” as aprendizagens são apresentadas no intuito de asseverar a necessidade de acesso e permanência efetivos para as/os estudantes na educação básica pública brasileira. Aqui, destaca-se nesse contexto as políticas educacionais voltadas para as questões pedagógico-tecnológicas, como a alfabetização e a progressão das aprendizagens (Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada; Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens; Programa Escola das Adolescências; Programa Escola em Tempo Integral), como também o uso e a mediação das tecnologias digitais (Política Nacional de Educação Digital; Política de Inovação Educação Conectada; Estratégia nacional de escolas conectadas).

Além disso, esse macrocontexto revela o avanço do neoconservadorismo, primando pelos privilégios individuais em diálogo com o neoliberalismo e vendo a educação como meio de interferência na formação político-ideológica. A coalizão de ideais neoliberais e forças neoconservadoras amplia a arena de disputa das políticas educacionais, fragilizando o debate voltado para a diversidade e a equidade (Santos, Pereira, 2024; Peroni; Caetano; Valim, 2021). Ainda, esses pressupostos neoconservadores têm fortalecido uma atuação gerencialista do projeto político-educacional e um discurso capitalista de competitividade entre as escolas/profissionais/estudantes, colocando em destaque as notas e atenção aos indicadores. Fica evidente “a complementaridade entre neoconservadorismo e neoliberalismo em relação à preservação do sistema capitalista e, quando possível, seu

fortalecimento, buscando restaurar condições para a acumulação ativa do capital” (Peroni; Caetano; Valim, 2021, p. 17). Também percebe-se “a finalidade [em] restaurar e conservar o poder da classe dominante” (Santos; Pereira, 2024, p. 828) ao encorajar o pensamento meritocrático e tensionar as ações para a coletividade.

Por fim, diante do caráter hodierno dessa discussão, faz-se necessário aprofundar a investigação com base nos achados acerca do macrocontexto em que fazem parte as políticas públicas educacionais pós-emergenciais brasileiras. Espera-se que essas análises possam contribuir no delineamento da pesquisa em desenvolvimento, segundo as arenas de influência e as relações de poder presentes na educação pública.

## REFERÊNCIAS

- AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Etnografia de rede: mudança de perspectivas, abordagens e métodos para analisar a nova governança educacional. 2024. P. 19-45. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs). **Pesquisa em Políticas educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024.
- BONILLA, Maria Helena S. **A constituição da agenda de pesquisa de um grupo de pesquisadores, integrantes do GEC/UFBA, na área de educação e tecnologias**. Tese (Progressão funcional). Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32386/1/Maria%20Helena%20Bonilla%20-%20Tese%20Prof.%C2%AA%20T%C3%ADtular.pdf> . Acesso em: 1 dez 2024.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Educação democrática: a revolução escolar iminente**. Tradução Fabio Creder. – 1. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- PERONI, Vera M. V.; CAETANO, Maria Raquel & VALIM, Paula. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 15, N. 36, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/259090/001166392.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 9 dez 2024.
- SANTOS, Catarina C. F.; PEREIRA, Rodrigo S. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 18, n. 42. 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2229/1273> . Acesso em: 7 dez 2024.
- SAURA, Geo; ADRIÃO, Theresa; ARGUELHO, Mateus. Reforma educativa digital: Agendas tecnoeducativas, redes políticas de governança e financeirização edtech. **Educação & Sociedade**. Campinas. v. 45. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WpSyzrHPBnN5xcXnwrG7bH/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 6 dez 2024.